

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850–1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. 267p.

GLÓRIA KOK¹
CPEI-UNICAMP

Que fios entrelaçam as vidas das crianças indígenas Ana, tutelada pelas freiras da Congregação da Divina Providência; Korikã rebatizada Maria e adotada pelo médico Hugo Gensch; Kundüsima rebatizada Isabel pela família de Ricardo Ebert; Nukla, que recebeu o nome cristão Pedro Andyro Nuclé, ou ainda, Francisco Cognogn Topp, adotado pelo padre homônimo?

O destino fraturado comum ao grupo de crianças Xokleng, arrancadas, por meio da violência, de suas aldeias e levadas à força ao convívio da “civilização” entre os alemães de Blumenau é primorosamente reconstituído pela historiadora Luisa Wittmann, em *O vapor e o botoque*, publicado em 2007, numa cuidadosa edição da Letras Contemporâneas. Inserido no campo da história indígena, este estudo retoma as trajetórias individuais das crianças indígenas que aparecem urdidas tanto à experiência dos Xokleng de Santa Catarina quanto à dos imigrantes alemães que se deslocaram para essa região, entre os anos de 1850 e 1926.

Em 1850, dezessete imigrantes alemães deram início à fundação da cidade de Blumenau, que marcou o início de uma história de contatos e conflitos entre os europeus e os índios Xokleng, no Vale do Itajaí.

¹ Glória Kok é pós-doutora em Antropologia na Unicamp, pesquisadora do Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI) e autora do *Os vivos e os mortos na América portuguesa* (Fapesp/Unicamp, 2001) e *O sertão itinerante* (Fapesp/Hucitec, 2004), entre outras publicações. E-mail: kokmartins@uol.com.br.

Nesse processo, firmou-se gradualmente a supremacia europeia no Estado de Santa Catarina em detrimento da história Xokleng, que, como afirma a autora, “foi e ainda é inviabilizada” (WITTMANN, 2007, p. 19).

O primeiro capítulo, “(Des) encontros de dois mundos”, analisa os confrontos entre os Xokleng e os imigrantes alemães e/ou os bugreiros das matas. Estabelecidos nas propriedades privadas doadas pelo governo como devolutas, mas que pertenciam originalmente aos Xokleng, os imigrantes alemães irromperam um ciclo de violências, a partir de 1852, quando os ameríndios iniciaram as investidas contra os colonos europeus, motivadas, na maioria das vezes, pela aquisição de objetos dos brancos, sobretudo ferro e tecidos. Com o intuito de pacificar a população indígena da região, imigrantes, governos e agentes colonizadores contrataram o serviço dos bugreiros, caboclos que “caçavam” índios. Um deles, o famoso Martinho Marcelino de Jesus, mais conhecido como Martin Bugreiro, explica que usava como estratégia a observação arguta do movimento dos índios antes de assaltar a aldeia, e, na calada da noite, atacava com seus homens armados, enquanto os índios dormiam, depois de ter tomado a precaução de destruir as armas indígenas. Outro ex-bugreiro, Ireno Pinheiro, rememora a violência inerente a esses ataques: “Primeiro disparava-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas, cada par tem um preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia mulheres e crianças” (WITTMANN, 2007, p. 56).

O segundo capítulo, “Os índios como tema de gabinete”, discute as diferentes visões que foram elaboradas sobre os índios no palácio provincial e nos jornais de Blumenau. “A representação hegemônica era aquela que classificava os índios como selvagens ferozes”, explica a autora (WITTMANN, 2007, p. 59). No Estado de Santa Catarina, a idéia de periculosidade indígena legitimou práticas de violência contra os índios. No entanto, houve vozes contrárias às ações dos bugreiros, como a de Alfredo d’Escagnolle Taunay, que negou “autorização para proceder uma expedição que batesse em regra os matos, e fosse às malocas dos índios afugentá-los de uma vez” (WITTMANN, 2007, p. 65). Outra imagem comumente veiculada no início do século XX foi a do índio como o avesso e entrave da modernidade, simbolizada na

construção da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC), iniciada em 1907, e da usina hidrelétrica de Gaspar Alto, em 1909, que forneceu energia a Blumenau, e, como consequência, acelerou o desenvolvimento industrial na região.

O terceiro capítulo do livro, “Entre o giz e a espada”, refaz algumas histórias singulares das crianças indígenas, capturadas pelos bugreiros e adotadas por alemães, no início do século XX. Dos meninos, arrancavam-se os botoques. As crianças eram vestidas e encaminhadas para Blumenau.

Duas trajetórias de meninas indígenas são paradigmáticas de vidas cindidas entre dois mundos: a de Ana, conhecida como Ana Bugra, e a de Maria, cujo nome indígena era Korikrã. Ana viveu cerca de 70 anos no Colégio Sagrada Família, sob a tutela das Irmãs da Divina Providência, enquanto Maria foi adotada pelo dr. Hugo Gensch. Ambas mantinham viva a memória da violência, carregavam em seus corpos lesões causadas pelo ataque dos bugreiros – Ana, uma mutilação no pé, e Maria, um problema cardíaco – e buscavam o refúgio da vida urbana no silêncio. Apesar dos esforços “civilizatórios” das freiras e da família Gensch, as meninas mantiveram certas práticas da cultura Xokleng: “Ana gostava de se enfeitar. Ela tinha tantos brincos, tantos colares. Quando ela ia à missa Domingo, minha nossa senhora, não tinha fim aqueles colares”, testemunha uma freira. Korikrã, além da reconhecida habilidade como tecelã e bordadeira de apenas fios vermelhos – cor que ornamentava as saias das mulheres Xokleng –, também se enfeitava com fitas nos cabelos e uma profusão de colares. “A sua fraqueza pelos enfeites femininos manifestou-se muito breve. Quinquilharias como fitas, das quais fez arranjos para o cabelo, ela começou a manejar nos primeiros dias,” comenta o seu pai adotivo (WITTMANN, 2007, p. 136). Apesar dos adereços e dos ornamentos, nenhuma das duas se casou nem teve filhos. Ana morreu de derrame, Korikrã, de tuberculose.

O quarto e último capítulo, “Paraíso dos trabalhadores, inferno dos vadios”, a historiadora investiga a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no Estado de Santa Catarina. Nele se destaca a atuação de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, administrador do Posto Duque de Caxias e seguidor dos preceitos de Rondon, que não media esforços para estabelecer contato com os Xokleng. Como prova de que não trazia

armas, ele ficou inteiramente nu para entregar presentes aos índios, entre os quais os mais cobiçados eram as ferramentas e as roupas. Os índios se portavam como verdadeiros pacificadores. “Os índios imaginavam que os brancos que estavam sendo amansados, e hoje concluo que eles tinham razão, pois as terras eram deles”, declara Hoerhann (WITTMANN, 2007, p. 161-162).

Depois de “pacificados”, os Xokleng foram organizados em um aldeamento nas proximidades do Posto Indígena Duque de Caxias, e obrigados a abandonar as práticas rituais, estabelecendo novas relações de trabalho. Mas os índios não gostavam de trabalhar na agricultura, pois estavam mais afeitos aos seus costumes nômades: sem permissão, os Xokleng saíam protegidos pelo fusco da madrugada, para cortar cana, coletar mel e recolher madeira para manter suas fogueiras acesas. As doenças que vitimaram os índios, a partir de 1914, geraram a depopulação do aldeamento. No ano de 1926 a reserva indígena Xokleng foi oficialmente demarcada.

Assim, apesar da política de extermínio, das propostas “civilizatórias” e das doenças que se abateram sobre os ameríndios, o comvente livro *O vapor e o botoque*, de Luisa Wittmann, reinstaura, em definitivo, a história Xokleng, construída à sombra da violência, da dissimulação e do silêncio voluntário, cujos protagonistas (re) significaram a colonização alemã do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, no Sul do Brasil.

Referência bibliográfica

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. 267p.
